

Nesta Edição:

Ano 14 • Número 66 • de 29 de agosto de 2011 • www.cni.org.br

- CNI e SENAI participam de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado;

Redução da Jornada de trabalho e redução dos encargos sobre a folha de pagamento são temas de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Presidida pelo senador Paulo Paim (PT/RS), a Comissão de Direitos Humanos, juntamente com a Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego do Senado, realizou audiência pública com representantes do setor produtivo para debater o a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e a redução dos encargos sobre a folha de pagamento.

Além dos representantes da CNI e do SENAI, participaram também representantes do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC, Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

Emerson Casali, da Unidade de Relações de Trabalho da CNI, alertou que a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, como estabelece Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que tramita na Câmara dos Deputados, agravará a perda de competitividade das empresas e a informalidade. Outro problema apontado por Casali é o aumento de custos da empresas.

O representante da CNI ressaltou, ainda, que a redução legal da jornada pode prejudicar as micro e pequenas empresas, que muitas vezes trabalham com poucos funcionários.

Gustavo Leal, diretor de Operações do SENAI disse que a Entidade e as outras instituições do Sistema S são fundamentais ao desenvolvimento do país, em especial numa conjuntura de escassez de mão de obra qualificada, como agora, e por isso têm de ser “preservadas e fortalecidas”.

Enfatizou que SENAI e SESI trabalham com absoluta transparência, cumprindo a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) ao divulgar pela internet, em seus sites, indicadores de aplicação de recursos por área de atuação, atividades e categoria econômica. Lembrou que as duas instituições prestam contas anualmente ao TCU (Tribunal de Contas da União) e são auditadas pelo TCU e CGU (Controladoria Geral da União).

Anunciou a criação dos Centros Tecnológicos de Alta Performance, os CTAPs. Cada um dos centros terá uma especialização, como automação e biotecnologia, e irá operar em estreita articulação com as universidades, seguindo o modelo adotado na Alemanha.

“Atuando em rede, os CTAPs terão papel relevante na solução de gargalos tecnológicos”, acrescentou o diretor de Operações do SENAI. Confirmou que a meta do SENAI, como um dos principais parceiros do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), é duplicar para 4 milhões, em 2014, o número de matrículas, que atingiu 2,3 milhões ano passado.

Os demais participantes dessa audiência reiteraram que são contra uma redução que seja fixada em lei, argumentando que é melhor tratar a questão por meio de negociações e acordos coletivos. Eles também afirmaram que não há uma relação direta entre redução de jornada e aumento da oferta de emprego.

Senador Paulo Paim, ao final do encontro, ao se referir ao SENAI, disse ser “um equívoco” criticar sem fundamentos o Sistema S, que, segundo ele, desfruta de “um carinho muito grande” no Congresso. A CDH deve realizar mais uma audiência sobre o assunto, desta vez com a presença simultânea de representantes dos empregados e dos empregadores.